

ENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM COMUNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Zysman Neiman [1]
Andréa Rabinovici [2]



OLAM - Ciência & Tecnologia, Rio Claro, SP, Brasil – eISSN: 1982-7784
Está licenciada sob [Licença Creative Commons](#)

Introdução

A Gestão das Unidades de Conservação (UCs) no que se refere à participação da sociedade, deve se dar em dois níveis: o aumento dos laços afetivos dos visitantes, com uma conseqüente maior preocupação com a sua preservação, e a real participação da comunidade do entorno nas instâncias de tomada de decisões.

Há nos conceitos de “Desenvolvimento Sustentável” e de “Unidades de Conservação” dois equívocos do ponto de vista da relação da sociedade com o ambiente. O primeiro está calcado no paradoxo da possibilidade de se manter os processos produtivos que garantam o crescimento econômico simultaneamente ao cuidado de não se exaurir os recursos naturais que servem de matéria-prima a esse crescimento. O mercado dita as regras de como a humanidade se relaciona com a natureza. Desenvolver, neste sentido, é a antítese de “envolver”. O segundo equívoco parte do pressuposto de que é possível se destinar espaços (unidades) para a conservação dos ecossistemas na sua íntegra. Exclui ao máximo as atividades produtivas (e as comunidades) para garantir a existência de ilhas de biodiversidade. Para diversos autores (RAHNEMA, 1992; FURLAN, 2000; VIANA, 2000; RODRIGUES, 2001; RABINOVICI, 2002), a participação das comunidades se dá apenas para que possa ocorrer a transferência do seu conhecimento aos novos gestores das UCs, mas, muito raramente as populações são envolvidas para compartilhar as decisões em todas as etapas de um projeto de intervenção: concepção, implementação e avaliação. Como uma obrigação legal, uma imposição de financiadores, a participação comunitária legitimaria a gestão das Unidades ao olhar da sociedade ainda despreparada para avaliar a real influência deste envolvimento.

Também se constata que a participação comunitária, quando existe, ainda configura uma bem intencionada busca, muitas vezes, sem nenhuma perspectiva e esperanças. Todos duvidam das metodologias, ou, atribuem o sucesso a casos excepcionais, nos quais a participação comunitária é inevitável.

A participação é um caminho e pressuposto para a busca da qualidade de vida e constitui a prática dos princípios da sustentabilidade ambiental propagados

e perseguidos pelos atores sociais e políticos interessados no manejo das UCs, incluindo-se aí as Organizações Não Governamentais (ONGs). O mau uso dos processos participativos pode ser ameaça e risco, ao invés de oportunidade, do ponto de vista social, laboral e ecológico.

Para Viana (2000, p. 25), envolvimento sustentável é

o conjunto de políticas e ações direcionadas para fortalecer o envolvimento das sociedades com os ecossistemas locais, fortalecendo e expandindo os seus laços sociais, econômicos, culturais, espirituais e ecológicos, com o objetivo de buscar a sustentabilidade em todas essas dimensões.

Dentro dessa concepção, mais do que se implantar UCs, as políticas públicas deveriam voltar-se ao estabelecimento de novos modelos de gestão das áreas de interesse ecológico e ambiental, que Rabinovici (2002) [1] denominou “Comunidades de Conservação”.

Mas como alcançar um elevado grau de consciência e participação tanto dos visitantes como da população do entorno dessas áreas naturais? Que estratégias podem ser mais eficientes para aumentar a preocupação e, conseqüentemente fazer surgir na sociedade novos valores e atitudes com relação meio ambiente?

Comportamentos pró-ambiente

Os estudos sobre preocupação ambiental (*environmental concern*) constituem atualmente parte substancial da literatura dedicada a assuntos ambientais nas ciências sociais. A gênese dos comportamentos pró-ambiente, suas características e motivações, bem como a metodologia adequada para avaliá-los, são temas de interesse de um grande número de pesquisas (PELLETIER; LEGAULT; TUSON, 1996; DENG; WALKER; SWINNERTON, 2006; HEATH; GIFFORD, 2006; WIIDEGREN, 1998; JOHNSON; BOWKER; CORDELL, 2004; HERNÁNDEZ *et al.*, 2000; VILLACORTA; KOESTNER; LEKES, 2003; CORRALIZA; BERENQUER, 2000).

Zimmermann (1996) fez uma revisão dos estudos sobre a relação entre conhecimentos, afetos e a Educação Ambiental (EA) ao longo de 15 anos (1979-1993) e, apesar de ter encontrado alguns problemas metodológicos e estatísticos, aponta que há uma associação entre conhecimento e sentimentos, bem como uma proeminente diferença entre homens e mulheres e uma indicação de variação étnica.

A natureza dessa relação, no entanto, ainda não é clara. Para a autora tanto as motivações emocionais como o conhecimento do que precisa ser feito são necessários para inspirar comportamentos ambientalmente responsáveis e

para uma participação ativa nas questões ambientais. Fazem-se necessárias mais pesquisas para determinar como atitudes pré-existent influenciam a aquisição de conhecimentos e como estes, por sua vez, auxiliam a formação de novas atitudes.

Posteriormente, Dispoto (1997) e Li (1997) mostraram que sentimentos sobre o meio ambiente estão substancialmente correlacionados com comportamentos efetivos e que conhecimento não parece ser um antecedente de emoções.

Algumas pesquisas, realizadas nas últimas décadas, vêm apontando o potencial educativo das visitas a áreas naturais, pois essas atividades otimizam a assimilação e permanência de conteúdos conceituais e estimulam a curiosidade dos participantes (ARMSTRONG; IMPARA, 1991; RYAN, 1991; GLENDA, 1995; GAMBRO; SWITZKY, 1996; PALMBERG; KURU, 2000; KNAPP; POFF, 2001; BARNEY; MINTZES; YEN, 2005; DIENNO; HILTON, 2005). Para McKenzie (2000), vivenciar um ambiente no qual a pessoa não está familiarizada causa um estado de dissonância que gera uma ansiedade construtiva diante do risco e do desconhecido.

Negra e Manning (1997), com dados recolhidos através de um questionário aplicado a visitantes do Parque Estadual Vermont (EUA), afirmam que, para eles, a existência dessas áreas oferece oportunidades para o aprendizado sobre a importância da proteção e respeito à natureza.

Glenda (1995) realizou um estudo sobre intenção de comportamento para comparar um programa de aventura *outdoor* (*Outward Bound*) com um programa de Ecologia no Campo (*Audubon*). Seus resultados sugerem que a recreação contribui para o desenvolvimento de comportamentos pró-ambientais em relação à vida selvagem, dependendo, no entanto, da interação de uma série de fatores de predisposição e do desenvolvimento de crenças, atitudes e intenções relevantes. Para Halpenny (2005), uma orientação ecocêntrica para o ambiente (reconhecimento do valor intrínseco da natureza) irá resultar num maior nível de intenções pró-ambientais do que atitudes antropocêntricas. Além disso, altos níveis de apego a um determinado lugar encorajarão comportamentos pró-ambiente específicos para com o mesmo. Portanto, a autora sugere aos gestores de áreas naturais o incentivo à disseminação de conhecimentos e o trabalho com os sentimentos dos visitantes para otimizar o engajamento dos mesmos na sua defesa.

Usando análise fenomenológica, Farmer; Knapp; Benton (2007) sugerem que, mesmo um ano após viagens de EA para o *Great Smoky Mountains National Park* (EUA), muitos estudantes de ensino fundamental se recordam do que tinham visto e ouvido e desenvolveram uma nítida atitude pró-ambiente.

Neiman (2007) [2] investigou o papel das experiências de contato dirigido com a natureza para o desenvolvimento de valores e atitudes pró-ambiente, bem como para a aquisição de novos conhecimentos sobre os conceitos relativos ao

local visitado. Vamos ver seus resultados detalhados, pois os mesmos são indicativos de possibilidades para a gestão do uso público de UCs.

O local escolhido para a realização da pesquisa foi o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), que fica a 350 km da cidade de São Paulo. A região é uma das últimas áreas preservadas de Mata Atlântica do Estado e considerada com a maior concentração de cavernas do Brasil.

Em viagens realizadas, os participantes foram conduzidos por trilhas e convidados a atravessar galerias estreitas nas cavernas, percorrer trechos de rios subterrâneos, participar de atividades de relaxamento, equilibrar-se sobre pedras escorregadias, andar em silêncio pela mata, ouvir histórias da comunidade, brincar com os colegas e ajudá-los nas suas dificuldades, sempre procurando intensificar o contato com o ambiente natural, trabalhando-se o raciocínio e a emoção de maneira integrada.

Essa metodologia foi testada ao longo de 16 anos (1991-2005) através de observação participante de 107 viagens semelhantes que apontaram para uma maior eficiência desse contato intensificado em relação à mera transmissão de conteúdos conceituais ao longo do período das viagens. Procurou-se promover a integração entre aspectos psicológicos, biológicos, históricos, geográficos e sociais, propiciando um conhecimento mais aprofundado da realidade em si. Os guias acompanhantes apresentavam as principais características ambientais e culturais presentes no PETAR e no seu entorno, porém, o trabalho era centrado nas vivências sensoriais e emocionais. Num estudo realizado com usuários de áreas recreativas florestais, Nord; Luloff e Bridger (1998) já haviam demonstrado que a frequência das visitas às áreas de floresta na Pensilvânia e as atividades de recreação são moderadamente associadas com o comportamento pró-ambiente e fracamente ligadas com o interesse pelo conhecimento ambiental.

Após dois dias de contato direto com as formações naturais do PETAR, os grupos foram levados para conhecer, no Parque Estadual de Jacupiranga – São Paulo, a Caverna do Diabo, iluminada, com escadas e passarelas construídas para facilitar o turismo de massa. Ao se deparem com as alterações no ambiente, e, provocados a discutir sobre o que sentiram ali em comparação com o que sentiram nas cavernas “selvagens” do PETAR, invariavelmente eles se mostraram indignados. Argumentam, diante das transformações, que aquilo “não é mais uma caverna”, é outro espaço. Aproveitando dessa indignação, realizaram-se, ainda no interior da Caverna do Diabo, discussões a respeito da transformação que o ser humano provoca no meio ambiente, do distanciamento que existe entre eles e a natureza a partir do que perceberam de diferente entre as duas experiências vividas.

Para avaliar mais detalhadamente as possíveis transformações ocorridas após o contato dirigido e intensificado com a natureza, realizados no PETAR, foram aplicados questionários associados a um arranjo experimental que objetiva responder à seguinte pergunta: seria o contato com o meio natural um

instrumento eficiente para, agregar conhecimento, transformar atitudes e valores, construindo uma nova percepção do meio ambiente?

Esta pesquisa contou com a participação de alunos universitários de duas Instituições de Ensino Superior, que foram separados em grupos distintos: Grupo “Controle” e Grupo “Experimental”. As comparações entre respostas obtidas em testes antes e após as viagens (pré-teste e pós-teste) foram semelhantes ao método utilizado por Bradley; Waliczek e Zajicek (1999), para avaliar os efeitos de um curso de Ciência Ambiental em estudantes universitários. Aqui, os alunos do Grupo Experimental participaram da visita ao PETAR, onde, além de conteúdos transmitidos, puderam vivenciar o ambiente.

Os alunos do Grupo Controle responderam ao questionário, nas mesmas datas dos alunos do Grupo Experimental (pré e pós-testes), mas sem participar da viagem ao PETAR. A hipótese nula dessa pesquisa é a de que não há diferença significativa entre o Grupo Experimental e o Controle entre os Pré e Pós-testes. Para evitar ameaças como a comunicação entre os grupos, o pós-teste foi aplicado imediatamente após o retorno das viagens dos alunos do Grupo Experimental, antes de se encontrarem com membros do Grupo Controle, e simultaneamente para os dois Grupos. Este procedimento permitiu a quantificação do grau de mudanças provocadas por esse contato e, assim, uma análise estatística.

Os resultados demonstram que nos Pré-Testes não há diferenças significativas entre os grupos Controle e Experimental (com poucas exceções), o que indica que partiram de um mesmo ponto. No entanto, há grandes diferenças nos Pós-testes, o que sugere mudanças oriundas da viagem. Essas diferenças foram muito evidentes nos três testes (conhecimentos, valores e atitudes), possibilitando-se concluir que o trabalho orientado realizado na viagem ao PETAR é eficiente para retenção de conhecimentos por parte dos alunos, sendo que os que mais apresentaram mudanças estão diretamente relacionados com aqueles trabalhados durante a vivência nas atividades realizadas na viagem, todos fundamentais para uma adequada percepção da importância da conservação ambiental. Houve também mudanças significativas entre o pré e o pós-teste para a grande maioria dos “valores” avaliados e a totalidade das “atitudes pró-ambiente” testadas com questionários específicos.

Pelos resultados obtidos, a conclusão que se vislumbra é que o contato com a natureza parecer ser um forte motivador para mudanças de comportamento em relação ao meio ambiente, desde que agentes eliciadores possam estar presentes. A relevância destas atividades na transformação dos conhecimentos, valores e atitudes numa direção pró-ambiente foi detectada estatisticamente neste estudo de Neiman (2007) e é semelhante ao encontrado por Palmberg e Kuru (2000).

Finger (1994) também já havia demonstrado que as experiências com natureza são poderosas eliciadoras de comportamentos pró-ambiente, mostrando que elas são ainda mais importantes do que explicações sobre seu

funcionamento. Assim, a afinidade emocional para com a natureza pode ser distinta do interesse cognitivo sobre as suas partes, ou do interesse sobre flora, fauna, e a variedade de seus fenômenos e processos naturais. Alguns indivíduos podem ter interesse científico pela natureza sem sentir nenhuma afinidade emocional com ela.

Unindo o domínio afetivo e o cognitivo, as experiências de contato com áreas naturais facilitam mudanças de comportamento nas pessoas e se constituem em importantes instrumentos educativos, sem os quais qualquer iniciativa de proteção e conservação ambiental está fadada ao fracasso (WELLS; BRANDON, 1992). A afinidade emocional é motivada pelo contato e pelas experiências sensoriais (KALS, SCHUMACHER; MONTADA, 1999). Esses laços emocionais, aliados a interesses cognitivos proporcionados por atividades de lazer junto à natureza, fazem aumentar o comportamento pró-ambiente (VINING, 1992).

A participação comunitária nas unidades de conservação

Viana (2000) aponta como problema chave para a conservação dos recursos naturais a exclusão das populações tradicionais no processo de tomada de decisões, dizendo que quando há participação, geralmente ela ocorre com um caráter cosmético ou utilitarista sem coerência alguma com o ideário da sustentabilidade. Segundo o autor, normalmente são feitas reuniões mal organizadas com o intuito de legitimar decisões já tomadas anteriormente com a intenção de cumprir burocraticamente, exigências impostas pelos doadores internacionais. Em vários casos também, essa participação se dá para que possa ocorrer a transferência do conhecimento das comunidades para os novos defensores da conservação dos recursos, mas, muito raramente as populações são envolvidas para compartilhar as decisões em todas as etapas de um projeto de intervenção: concepção, implementação, avaliação e monitoramento. A base da real participação é a divisão de poder, que raramente ocorre na medida em que há uma assimetria entre os participantes (RAHNEMA, 1992; FURLAN, 2000; VIANA, 2000; RODRIGUES, 2001; RABINOVICI, 2002).

Ao não envolver as populações locais estaria se interrompendo a perspectiva de construção da cidadania, perdendo-se o saber e o conhecimento dos sistemas próprios de manejo que podem contribuir para a conservação dos ecossistemas naturais de forma mais efetiva do que os sistemas técnicos convencionais. O *envolvimento sustentável* proposto por Viana (2000) seria formado pelas ações voltadas para a transformação da realidade, fortalecendo o *envolvimento* das relações das sociedades com os ecossistemas locais, respeitando-se os direitos das mesmas à propriedade e ao manejo dos ecossistemas naturais.

Deve-se valorizar e aprimorar os sistemas tradicionais de manejo dos recursos naturais, de forma a buscar maior sustentabilidade e produtividade. Os processos de tomada de decisão devem provocar a participação ativa das

populações relacionadas com os diferentes ecossistemas, especialmente aquelas diretamente envolvidas com a sua gestão. Para isso, técnicos e autoridades devem se *envolver* com a realidade, ouvindo, aprendendo e respeitando a perspectiva das populações locais. Neste contexto, métodos participativos são fundamentais para viabilizar a partilha do poder decisório (VIANA, 2000).

Também devem ser buscados e reconhecidos os pactos entre os grupos sociais locais e outros institucionalizados (governamentais ou não) que ditam e representam os padrões de conservação em uso ou almejados (FERREIRA, 2004). Nesse sentido, muito mais do que o estabelecimento formal de legislação, de regras nas UCs, com posterior busca de participação e envolvimento, deve-se aceitar que os conflitos sociais criados são os motivadores de novos pactos estabelecidos entre os atores em confronto e que gerarão ações coletivas capazes de orientar e guiar novas políticas e práticas de conservação.

É nas arenas formadas especialmente para se debater a questão ambiental, por pessoas que se formam e se politizam constantemente, em função do aprendizado social causado nos conflitos pelo uso dos recursos naturais, que se dará o debate e a criação de alternativas. A participação tão defendida por todos, deve buscar interlocutores nestas arenas, sem criar novos espaços, e sim interagir com os já criados comunitariamente, buscando o seu envolvimento e a sua inserção na comunidade, e não o contrário.

Mais do que uma técnica, o envolvimento comunitário buscado deve reverter o distanciamento dos seres humanos em relação à natureza. Ao envolver as sociedades com os ecossistemas pode-se fortalecer os vínculos econômicos, sociais, espirituais, culturais e ecológicos, em um fenômeno similar ao que fora demonstrado por Neiman (2007) nos visitantes submetidos às atividades dirigidas de contato com a natureza. Desta forma seriam criadas condições favoráveis para uma lógica diferente da que hoje conhecemos e que tem gerado o aumento da miséria e da degradação ambiental.

Para Furlan (2000) a aprendizagem do que seja participar, com a construção de processos participativos livres, autônomos, com a vivência de experiências diversificadas e constantes, capazes de questionar a ideologia por trás da cooptação e da obrigação da participação em projetos que não necessariamente interessam, é que precisa ser trabalhada quando se busca a cidadania.

Resta, aos segmentos culturalmente diferenciados e excluídos da sociedade majoritária participar, de uma maneira ou outra, dos processos impostos, sendo sistematicamente desconsiderados em seus anseios, nas ações governamentais e não-governamentais que os atingem. São excluídos da possibilidade até de não participarem ou proporem outras ações, diferentes das usuais.

A construção da cidadania, da sociedade civil e dos espaços públicos ambientais e socioambientais é uma realidade no Brasil, especialmente a partir da

década de 1970, promovendo debates sobre interesses até então excluídos de uma agenda pública, tais como a temática socioambiental. Este processo irá culminar na legislação que obriga a inserção da população na gestão da conservação.

O projeto neoliberal, por sua vez, tem criado grandes dificuldades para o processo de democratização, pois, além do agravamento das desigualdades sociais e econômicas, interfere na capacidade de mobilização e organização da sociedade civil. Os espaços públicos, tidos como um encontro entre governo e sociedade civil, afetados por estas políticas acabam sob o controle social do Estado. Aí pode ocorrer uma maior transparência e publicização das políticas públicas e a participação da sociedade muitas vezes despreparada para um protagonismo efetivo. Mesmo assim, muitas experiências de articulação entre a sociedade civil, organizada ou não, e o governo, acabam servindo como parâmetros para um crescimento no debate político e democrático.

Os espaços públicos socioambientais podem constituir-se em foros privilegiados de aprendizagem social (HAAS, 1990), de aprendizagem sobre participação e produção de consensos, direitos e cidadania (DAGNINO, 2002; FURLAN, 2000).

O papel das Organizações Não-Governamentais

As Organizações Não-Governamentais (ONGs) e outras entidades do chamado terceiro setor, assim como os movimentos sociais são fundamentais para o avanço dos processos de construção democrática nestes espaços. Todos apostando na possibilidade de atuação junto ao governo através de negociações, articulações que buscam a efetiva participação da sociedade civil na construção das políticas públicas.

Estes “encontros” entre governo e sociedade civil seriam feitos através de relações formalizadas com legislação, objetivos, funções e procedimentos definidos e com caráter permanente ou estável e como exemplos estão os conselhos gestores das UCs que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) prevê em seus artigos e que têm sido implementados desde o ano 2000, com alguns exemplos concretos finalizados até o momento desta análise. Esses espaços podem exercer funções deliberativas ou consultivas, articular, fazer pressão, monitorar e executar políticas públicas sendo estas algumas das funções que estes espaços podem exercer.

Segundo Teixeira (2002), a partir da década de 1990, ocorre um duplo movimento na aproximação entre sociedade civil e Estado, um busca o outro e, este movimento, dependendo de onde partiu, teria conseqüências diferentes na relação das ONGs com a sociedade civil. As ONGs passam a ter que conciliar uma atuação tanto junto ao governo como junto aos movimentos sociais, com todas as dificuldades que isso implica.

Os espaços de encontro tidos como canais de articulações fizeram com que tanto a sociedade civil como o Estado passassem por reformulações. As ONGs têm buscado uma maior qualificação, muitas vezes se distanciando dos movimentos sociais que passaram a vivenciar conflitos advindos das diferenças no nível de formalização dos mesmos. As ONGs tendem a se comunicar nacional e internacionalmente através da construção de redes e articulações em torno dos temas por elas focados e o Estado se ajusta com o propósito de transferir algumas de suas responsabilidades para a sociedade civil.

A questão que se coloca é até que ponto esses encontros e parcerias implicariam de fato, em mudanças nas relações de poder? Outras questões podem ser esboçadas, sem a pretensão de respondê-las aqui: em face das dificuldades e de conseqüências como a desarticulação e a competição entre as ONGs por recursos, seriam esses encontros saudáveis? Quais seriam as entidades mais adequadas para essas tarefas? Será que não estariam sendo enfraquecidas as relações das ONGs entre si e com o seu público mais amplo?

Faz-se necessário, para um incremento no processo participativo, que as ONGs deixem de ser apenas um paliativo para a solução de problemas não resolvidos pelo Estado e que passem a encabeçar um projeto maior de articulação entre a sociedade civil e o Estado, onde ambos tenham papel fundamental na elaboração das políticas públicas além do fortalecimento da sociedade civil, da cidadania através da ampliação dos processos realmente participativos.

O conflito é parte do processo de diálogo das ONGs e governo e das ONGs e seu público alvo. Uma constante que vem sendo estudada (FERREIRA, 2005; 2006) é o aumento de conflitos sociais causados pela maior pressão sobre o uso dos recursos naturais que, por sua vez, provoca a atenção e interferência do ambientalismo, através das ONGs.

Estas interferências promovem a articulação entre diversos segmentos políticos, dentre eles ONGs, comunidades locais e governo em suas várias instâncias. A criação e/ou acirramento dos conflitos socioambientais decorrentes das práticas conservacionistas coloca em questão a legitimidade, representatividade, nível e forma de participação das ONGs e suas ações.

A necessidade de diálogo tem forçado a participação dos envolvidos em organizações de caráter político, especialmente criadas, arenas de interação e diálogo, além do uso de instrumentos de participação diversificados.

As ONGs influenciam fortemente o debate local sobre sustentabilidade ambiental podendo gerar novas desigualdades, enclaves e conflitos regionais, assim como novas formas de empoderamento, participação social e política a partir do exercício e da crítica dos métodos, ferramentas e conceitos participativos e da compreensão da heterogeneidade constituinte das entidades ambientalistas que dificultam a conquista da legitimidade nas suas iniciativas.

O estudo das formas de uso dos recursos naturais a partir das teorias de conflitos sociais é imprescindível, já que tratamos da interação entre grupos sociais diversificados levando o projeto moderno de racionalização até localidades remotas, podendo resultar na aceitação ou não da ordem global vigente, aderindo ou questionando sua lógica.

Ferreira (2005; 2006) afirma que será a complexidade das interações que produzirá as dinâmicas sociais, as situações de ação e, a partir delas, a possibilidade de compreender a sua composição, as posições dos atores e os padrões estabelecidos.

Os conflitos e não os atores seriam os potenciais geradores de mudanças e de pactos na medida em que a interação de grupos diversificados, de projetos se dá em torno dos usos possíveis dos recursos naturais (FERREIRA, 2005; 2006; VAYRYNEN, 1991).

Privilegiar os conflitos como categoria analítica, partindo da abordagem do conflito como resultado das mudanças sociais de grupos homogêneos constitui um avanço frente à abordagem que privilegia a participação na gestão dos problemas como mediadora dos mesmos, na tentativa de superá-los. As práticas adotadas por ONGs e governos partem geralmente desta perspectiva e buscam e/ou impõem novas estratégias e ferramentas participativas.

Para Ferreira (1999), o sucesso das políticas de conservação depende mais da ação coletiva nos subsistemas social e político dos atores em confronto do que das características culturais dos usuários diretos e indiretos dos recursos a serem conservados. São os pactos no nível dos grupos sociais locais e nos institucionalizados, que definirão as leis e o padrão de ação dos agentes e entidades.

Assim, as ONGs interessadas em ajudar no manejo das UCs, ou em outras estratégias de conservação de recursos naturais, devem buscar compreender a relação estabelecida e possível sobre os usos comunitários dos recursos naturais, buscando participar dos pactos e dos espaços existentes para o estabelecimento de negociações, prioridades e formatos para a conservação, mesmo quando seja difícil o consenso e até quando necessário e comprovado o pré-requisito de exclusão da população.

A lógica excludente das políticas públicas de conservação

Defendendo estes interesses, rumo à conquista da cidadania dos setores mais marginalizados, teríamos na criação de áreas protegidas no Brasil a geração de impactos sociais que se desdobram em impactos ambientais dentro e fora do perímetro das UCs. As políticas governamentais influem fundamentalmente no modo e nas possibilidades de conquista da cidadania.

Temos no Brasil, como característica da legislação ambiental dos países em desenvolvimento, uma fragmentação e um condicionamento a certas contingências das políticas de desenvolvimento. Desde a década de 1970 os governos buscaram, através da criação de UCs, dar visibilidade às suas ações na área ambiental. Essa política, segundo Furlan (2000) é baseada na instituição de territórios exclusivos e excludentes e na qual a participação da população não é prevista sequer em sua metodologia, quando muito na convocação dos moradores para as audiências públicas. Até sob o ponto de vista ambiental, as metodologias são pouco discutidas e as equipes técnicas nem sempre estão preparadas para a elaboração de um bom trabalho.

Furlan (2000) define as “não políticas” como sendo as políticas que vigoram nas situações socioambientais mais conflitivas e delas decorrem os principais impactos socioambientais na medida em que à sociedade é atribuída a responsabilidade pelos problemas e soluções. Essas “não-políticas” predominaram como características da gestão das UCs que, ao serem criadas, o foram sem ter efetivamente uma política de conservação, sem estudos, o que fez com que os conflitos se acentuassem e que se buscasse o apoio dos movimentos sociais. Na literatura são poucos os relatos sobre a elaboração de planos de manejo que contemplem adequadamente a participação de moradores de UCs, o próprio caso do PETAR, como se verá adiante, é emblemático.

Um agravante a esta situação é a confusão entre os conceitos de cidadão e de consumidor, quando a ideologia do consumo, substituindo à do cidadão, está fortemente presente nesses conflitos. Há uma preocupação maior com o consumidor do que com o cidadão, sendo que se reflete nos movimentos sociais que acabam defendendo mais o consumidor do que o cidadão. Na questão ambiental isso se traduz na confusão feita entre o direito ao território e o direito à posse, o qual não necessariamente assegura o direito de autonomia cultural e de valores.

Para Furlan (2000) a cidadania não se aprende sem a vivência de processos democráticos. Com isso se podem contestar as afirmações do governo de que a sociedade não está preparada (ou organizada) para tomar decisões. Ao assumirmos que, de fato, faltam informações e conhecimentos sobre tudo, e que as políticas brasileiras são projetadas para curtos períodos de gestão política, temos que ter em mente a necessidade de ações transformativas que se fazem no tempo da conjuntura. Fundamental é reconhecer a necessidade da apropriação dos direitos e liberdades pela sociedade.

A participação das comunidades que geralmente se observa é aquela em que não se discutiu as UCs e sim o que fazer a partir delas. As orientações para as reuniões participativas, quando acontecem, já contém recomendações fechadas com relação às finalidades das UCs. Na implantação de UCs vem ganhando espaço a discussão da participação, mas ainda há um longo caminho a percorrer, pois para isso a participação tem que ser parte de um todo maior que são as práticas verdadeiramente democráticas.

Furlan (2000) que analisou o processo de participação das populações residentes no Parque Estadual de Ilhabela, São Sebastião (SP), e que não difere em muito das experiências em outros Parques, considera que “o processo participativo que representou o seu maior avanço institucional é justamente o aspecto mais criticado nos PGAs - (Planos de Gestão Ambiental)” (FURLAN, 2000, p. 211).

Seguindo-se as várias possibilidades existentes de participação, Pimbert e Pretty (1994) relacionaram alguns tipos de parcerias possíveis indo de uma escala onde a participação é praticamente inexistente, caracterizando o caráter estético, cosmético e utilitário de participação, como é o caso da participação ativa, até a possibilidade de auto-mobilização da comunidade em torno de seus interesses.

Essa tipologia implica em uma ampliação do conceito de participação, que deve ser usado sempre complementado pela sua qualificação mais apropriada. A esse quadro de tipos de participação têm sido acrescentados novos enfoques e métodos participativos na tentativa de ampliar a participação às comunidades tradicionais mediante novos enfoques e princípios que, de acordo com Pretty (1994) são:

- Metodologia definida e um processo sistêmico de aprendizado através do qual todos os participantes venham a aprender de forma cumulativa;
- Múltiplas perspectivas: implica em aceitar as várias interpretações dos problemas e as soluções diferentes encontradas nos múltiplos discursos de forma a não desprezar a diversidade e a complexidade das visões;
- Processos de aprendizagem em grupo: todos os atores devem entender o ponto de vista dos outros e a complexidade dos fenômenos;
- Contexto específico: dar flexibilidade a cada caso para adaptar a diversidade de soluções;
- Especialistas facilitadores e participantes: procurar no grupo em questão, uma linha de discursos que contribua com a solução dos problemas. Isso é feito por um facilitador que pode ser um especialista ou um participante das discussões;
- Conduzir a ações sustentáveis: através da ampliação do debate e do aprendizado torna-se possível à busca de soluções em conjunto, incorporando todas as percepções dos participantes, trazendo soluções muitas vezes mais complexas e informadas.

O grande desafio estaria exatamente em substituir a não participação dos atores envolvidos com a conservação, ou a participação passiva, simples, padronizada, rígida, pelo debate, participação interativa e espontânea de fato, que incorpore a diversidade de práticas e discursos locais, complexas e flexíveis de modo a buscar um manejo participativo dos recursos que contribua, em longo prazo, com a conservação não só da biodiversidade como também da sociodiversidade.

Alguns princípios gerais sobre os processos de gestão participativos foram listados por ocasião da Oficina sobre Gestão Participativa em Unidades de Conservação, em 1997:

- Compartilhar as responsabilidades, buscando a melhor proteção da UC;
- Estabelecer uma relação entre a UC e seu entorno;
- Motivar a participação comunitária;
- Conhecer e respeitar a cultura da população;
- Melhorar a qualidade das ações na gestão de UCs;
- Garantir o acesso à informação;
- Garantir equidade social e
- Melhorar a eficiência na gestão de UCs.

Acredita-se que os governos têm muito que ganhar com a descentralização do controle e da responsabilidade sobre o manejo das áreas protegidas, principalmente quando há a flexibilidade para acomodar as peculiaridades locais.

Essa descentralização não retira do governo suas funções e sim, gera o desafio de se encontrar meios para alocar os limitados recursos governamentais a fim de obter uma multiplicação das iniciativas comunitárias e o manejo de áreas protegidas.

Cabe a essa forma de administração honrar os direitos locais de propriedade intelectual, promover um acesso mais amplo à informação biológica e aos financiamentos e desenhar tecnologias e sistemas de comercialização baseados nas necessidades e aspirações de todos, de forma que as parcerias entre o Estado, e a população local e suas organizações representativas passam a ter importância crescente.

Para tanto o estabelecimento de novas leis, políticas, relações e processos institucionais que garantam a possibilidade da construção de parcerias apropriadas entre o governo e as comunidades locais são fundamentais. Para isso, a criação de redes de comunicação e pesquisa participativa entre o setor público, ONGs e comunidades envolvidas no manejo da área protegida é necessário e urgente.

Comunidades de conservação

Diegues (1997) aponta que a reafirmação e a reconstrução das formas comunitárias de acesso a espaços e recursos naturais têm sido uma reação observada a partir da transição democrática brasileira, com a reorganização progressiva de grupos dinâmicos da sociedade civil e têm conseguido obter resultados exemplares sobre ações locais com potencial de questionar o consenso global. O autor realça a importância do apoio oferecido por movimentos sociais, das instituições portadoras de ideais transformadores.

O alcance desta “reação” comunitária apareceria também na valorização de culturas tradicionais extremamente dependentes do meio natural para sua sobrevivência. O caso mais citado pelo autor como modelo de gestão comunitária e sustentabilidade é o das Reservas Extrativistas, que costumam incluir nos processos de gestão o respeito às dinâmicas naturais com o uso do conhecimento tradicional (etno-conservação) e do científico, incorporando preocupações sociais e econômicas nas atividades de conservação.

A situação na qual se encontram nossos recursos naturais e nossos Parques é justificada, entre outros, pelo histórico do controle estatal sobre a criação e gestão da política ambiental e conseqüentemente das UCs brasileiras. Moraes (1997), ao traçar em linhas gerais a formação do aparato estatal da política ambiental, diz que o Estado, por ter sido concebido para gerir um conjunto específico e próprio de políticas, é responsável pelos problemas enfrentados, na medida em que não se propõe a dialogar com todos os interessados, nem mesmo dentro do próprio governo. Seu papel deveria ser o de ordenar e catalisar as iniciativas descentralizadas, especialmente as que provêm da sociedade civil e dos governos locais.

Várias soluções estão sendo propostas. Furlan (2000) sugere a criação de “Florestas Sociais”, áreas de plantio de recursos florestais para a produção de canoas, instrumentos de pesca, materiais de construção, etc., para a produção de medicamentos e roça, área de plantio de espécies nativas para a recuperação de drenagens, áreas de plantio para manejo de erosão. Esta seria uma forma de uso comum de terras pelas comunidades, resgatando o modo como foram compartilhadas no passado e se justificaria pelo pressuposto e paradigma da conservação: a divisão geométrica do território amplia as possibilidades de desmatamento. Para a autora, é fundamental o enfrentamento do complexo problema da questão da terra, de modo a garantir uma distribuição justa dos recursos, que considere as diferentes concepções de território, e, baseado em um processo democrático de participação social para tomar decisões em relação aos usos mais adequados dos territórios incluindo procedimentos para o manejo de conflitos, a consideração das informações técnicas, científicas e culturais sobre os usos mais recomendáveis do território a médio e longo prazo (FURLAN, 2000).

Estas comunidades têm sido "chamadas" a participar das questões que lhes dizem respeito, porém, na maioria das vezes somente para aprender a lidar com as conseqüências que a implantação das UCs causou às suas vidas, noutras

participando do planejamento, criação e implantação das mesmas e da gestão (raras experiências concretas podem ser citadas neste último sentido. Os casos mais emblemáticos são as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Extrativistas da Amazônia, como, por exemplo, a RDS Mamirauá, em Tefé (AM).

O processo de construção democrática não é linear, mas contraditório e fragmentado e, no Brasil, observamos uma estrutura estatal que permanece resistente aos impulsos participativos.

Os conflitos sempre permeiam as parcerias, os encontros e sua amplitude dependem do quanto às partes envolvidas compartilham do projeto, do poder e do entendimento da concepção plural da sociedade, resultado de múltiplas interações e oposições no tempo e no espaço, mas com muita “aproximação nas diferenças”.

Os conselhos gestores, emblema da questão da participação nas UCs, muitas vezes correm o risco de serem apenas consultivos ou legitimadores de decisões já tomadas na esfera estatal.

O desafio que advém da novidade desses espaços ocorre para ambos: governo e sociedade civil. A “*dificuldade central é enfrentar o peso de uma matriz cultural hierárquica que favorece a submissão frente ao Estado e aos setores dominantes, além de afirmar a política como uma atividade privativa das elites*” (DAGNINO, 2002, p. 285). Convivência direta com uma multiplicidade de atores portadores de concepções e interesses diversos, o reconhecimento da pluralidade e da necessidade de legitimar os interlocutores é fundamental para o aprendizado e vivência democráticos.

As temáticas específicas, como é o caso da ambiental, onde o Estado costuma não ter qualificação suficiente, parecem ser espaços de complementaridade entre Estado, sociedade civil e até ONGs. Seria uma complementaridade instrumental que tem constituído uma base sólida para as parcerias.

Os espaços de articulação entre governo e sociedade civil têm como característica o fato de serem produtores de políticas setorializadas e/ou pontuais, paliativas ou compensatórias e, com isso, deve-se apontar também a questão da necessidade de centralização na formulação das políticas públicas, para serem seguidas em todo o país. Para isso seria fundamental a articulação das demandas da sociedade civil e a democratização, de fato, desta participação, com um projeto político amplo, alternativo e participativo, que parta da ação pontual para uma ação maior, com capacidade de articulação e poder decisório de fato.

É nesse sentido que as UCs (o nome já diz, são *Unidades*) são pontuais, pouco ambiciosas ou quase derrotistas (EKERSLEY, 1992), supõe que o que está à sua volta pode ser degradado, além das questões sobre a exclusão e o não envolvimento das comunidades, apontando sempre para a idéia do ser humano como potencial destruidor, sem possibilidade de se educar para uma melhor

interação com o ambiente. A estratégia de conservação das UCs é aqui problematizada, tanto do ponto de vista do seu potencial para a conservação da natureza, como sob o ponto de vista dele vir a ser um espaço educativo, na medida em que, ao invés de pontuais, as medidas conservacionistas deveriam considerar todos os espaços como de conservação e alguns poucos para a degradação. Vale aqui a mesma lógica da que deve ser utilizada para a sensibilização dos visitantes: as comunidades, ao invés de apartadas da natureza, teriam a chance de conviver, compreender, manejar e, conseqüentemente, vir a se interessar pela conservação dos seus espaços.

Como este debate sequer está colocado, tratamos aqui de algo menos pretensioso, mas fundamental para o funcionamento do que temos: as UCs, para cumprirem seu papel, devem trabalhar a participação comunitária no seu manejo, buscando o envolvimento social comunitário em todas suas ações, e trabalhar para que mais pessoas (locais e visitantes) expandam os ideais conservacionistas, através de atividades, vivências e interações com o meio, para que eduquem, ajudem a desenvolver a percepção de todos para uma relação mais harmônica com a natureza, e que possibilite, num futuro, o próprio fim dessas UCs, transformando o *meio* ambiente em ambiente saudável como um todo.

Assim como se projeta o fim das UCs, pode-se pensar no fim das ONGs, na medida em que a sociedade tenha condições de se mobilizar, de atuar frente às questões, pactuar na tomada de decisões, assumindo o rumo de suas vidas e interesses, como verdadeiras comunidades de conservação.

PETAR: uma experiência emblemática de envolvimento e exclusões

Apenas para retomar o caso do PETAR, onde Neiman (2007) realizou o estudo detalhado sobre EA através do contato dirigido com a natureza, citado no início deste artigo, a tentativa de se criar uma ampla aliança de atores e Instituições em torno da elaboração de seu Plano de Manejo é exemplar dos equívocos aqui mencionados, conforme descreveram Rabinovici e Neiman (2008).

Em 2003 iniciou-se a criação de um projeto de implementação da 1ª fase do Plano de Manejo com a formação de um Grupo Interinstitucional de Apoio. Na época já se considerava a necessidade formal de um Plano de Manejo, exigido pela legislação, mas, principalmente, os argumentos pautavam-se na situação preocupante em que se encontrava (e ainda se encontra), o PETAR e suas cavernas, diante das restrições de uso do entorno, e também motivados por alguns acidentes fatais ocorridos com visitantes.

Considerou-se que a região, extremamente pesquisada, possuía material científico de alta qualidade, em todas as áreas de conhecimento, já organizado e que poderia ser utilizado como fonte secundária para a elaboração do Plano. Além disso, foi ressaltada a necessidade da formatação de parcerias e demais

articulações o processo ser realmente participativo, envolvendo todos os interessados na busca da criação de pactos que minimizassem os conflitos e a temporalidade, já que o Plano poderia ser revisto e melhorado após cinco anos de sua publicação, além de ser aprimorado constantemente.

Os passos seguintes incluíam a definição da mobilização e participação de cada interessado, a proposição de algumas ações emergenciais, com medidas corretivas e preventivas e a reativação do processo de Agenda 21 da região, articulado com ações do Plano de Manejo, Planos Diretores entre outros. Realizou-se, então, uma Oficina de Formação do Grupo de Apoio à Elaboração do Plano de Manejo, que reuniu 32 pessoas representando diversas instituições atuantes na região.

Os participantes, ao longo de dois dias inteiros de discussão, conheceram documentos anteriores e o estado da arte sobre as pesquisas na região. A equipe foi dividida em Grupos de Trabalho, para conhecer, estudar, e verificar as lacunas dos documentos existentes, previamente selecionados. Também, a partir de ferramentas de oficinas participativas, foram priorizados os temas, a agenda e os interesses dos presentes.

No entanto, na apresentação formal do trabalho do Grupo ao Conselho Consultivo do PETAR, ocorrida em janeiro de 2004, em Iporanga, (SP), o corpo de conselheiros, após intenso debate, achou por bem fazer ampla consulta às bases que representam e, desta forma, a reunião acabou sem que houvesse definição sobre o tema. Foi, então, marcada uma reunião extraordinária, que ocorreu um mês depois. Nela foi decidido que o Conselho Consultivo reconhecia a importância da iniciativa e apoiaria a formatação do Plano de Manejo do PETAR, sugerindo que o Grupo de Apoio fosse reestruturado como um Grupo de Trabalho do próprio Conselho, aberto a todos os interessados no assunto. Essa resolução foi transmitida para todos os membros do Grupo de Apoio que definiriam o formato da continuidade dos trabalhos mediante tal decisão do Conselho. Mas daí, tudo parou...

Onde houve falha? Dialogou-se, buscou-se a participação do maior número de interessados, cumpriu-se a programação definida, estabeleceram-se acordos, articulações e parcerias, tomaram-se decisões consensuais no meio de atores e instituições muito diferentes entre si, mas com a preocupação comum com uma região na qual todos, de alguma forma atuavam... Foi provada a possibilidade da formação de um grupo bastante representativo de atores e instituições com capacidade para contribuir. Dialogar permitiu que o próprio grupo vislumbrasse as diversas alternativas de associação possíveis, num formato que poderia ser democraticamente aceito por consenso dos presentes e que atendesse às condições colocadas pelo Órgão Público Gestor.

Havia a intenção de encerrar os trabalhos em 2004...

Não se desconhece aqui os conflitos de interesse e dificuldades dentro do próprio Grupo presente. Houve muitas objeções, principalmente de membros da

comunidade científica, que ressaltavam a necessidade da qualidade que deveria conter o Plano de Manejo, a qual eles poderiam respaldar, mas que não se comprometiam a fazê-lo voluntariamente. Para eles, a gratuidade e o voluntarismo soavam como atestados de "baixa capacitação", preconceito bastante comum contra quem trabalha, voluntariamente, em ONGs. O Órgão Público responsável em nenhum momento se engajou efetivamente nos trabalhos. A cada momento colocava obstáculos, demorava, não encaminhava as demandas... Em 2007, desmobilizou por completo o Grupo espontaneamente surgido, ao abrir Termos de Referência para pagar pela formatação do Plano de Manejo.

O resultado de tanta inabilidade com o envolvimento comunitário foi que no início de 2008, as cavernas do PETAR foram embargadas por falta de Plano de Manejo, atendendo exigência do Ministério Público. Quem perdeu muito com esse embargo foram as comunidades da região, que na maioria, tem no ciclo do Ecoturismo, a sua sobrevivência, já bastante complicada com sazonalidades, chuvas torrenciais, acesso precário, e políticas públicas desconexas. Perderam, também, os visitantes, que costumam sair dali transformados pelas experiências de contato com locais de beleza cênica inigualável e com uma comunidade que ainda pratica a confiança nas pessoas (nas instituições cada vez menos), além de outros valores que deveríamos conhecer, antes que embarguem a própria comunidade, ou eles deixem de existir...

Enfim, a somatória: sensibilização com participação

Como defendemos no início deste ensaio, o futuro das UCs no Brasil depende de dois fatores, ambos relacionados com o envolvimento da sociedade com seu adequado manejo.

O estudo de Neiman (2007) aqui relatado permite cogitar que não é o simples caminhar por trilhas ou cavernas que fará os programas de Uso Público, principalmente os de Educação Ambiental, se concretizarem, pois para tal é necessário que se desenvolva uma nova percepção da natureza. Os mecanismos que favorecem a formação de posturas críticas, a predisposição para mudanças e o comprometimento com o universo das questões ambientais a partir dos sentimentos positivos decorrentes de relações afetivo-emocionais vivenciadas no contato com a natureza são discutíveis e exigem muita reflexão.

No entanto, vale lembrar que para Neiman (2007) os conteúdos conceituais foram cada vez mais tendo peso inferior ao trabalho com os conteúdos valorativos e procedimentais, o que parece ter sido um fator determinante para os resultados obtidos. Como em Kals; Schumacher e Montada (1999), e em Bolsho *et. al.* (1990), acreditamos que as experiências diretas com a natureza promovem uma afinidade emocional e são mais eficientes para emergência de mudanças de valores e atitudes, desde que se utilize todos os cinco sentidos, da comunicação e da transferência de emoções sociais positivas.

A aposta metodológica intencional das atividades desenvolvidas em UCs e que merecem ser consideradas quando da elaboração da gestão do uso público das mesmas, foi o potencial transformador das vivências das pessoas entre si e com o meio, através do contato dirigido e intensificado com a natureza. Foram criadas estratégias que promoveram experiências pessoais e coletivas através da exposição a limites pessoais, medos, inseguranças, sucessos e permitiram a atuação em equipe (pressupondo confiança, solidariedade e afeto). Houve o cuidado para que as atividades não perdessem o caráter lúdico. Valorizou-se o olhar menos analítico e mais subjetivo sobre a realidade.

As práticas de Educação Ambiental em áreas preservadas que enfatizam simplesmente a “aventura” ou priorizam a mera transmissão de informações sobre aspectos biológicos (fauna e flora) oferecem pouca oportunidade de reflexão e contemplação, e devem ser substituídas por outras que possibilitem mais situações contemplativas e interações afetivas com a natureza. O simples ato de conhecer não goza de força suficiente para transformar, talvez com raras exceções. No estudo de Neiman (2007), algumas atividades utilizadas (apagar a luz nas cavernas e permanecer em silêncio por alguns minutos, caminhar por alguns metros totalmente no escuro, tomar banho de rios e cachoeiras, tentar ouvir pássaros que cantam na mata, etc.) foram muito eficientes na transformação de valores e atitudes, bem como na própria aquisição de conhecimentos.

Para Viana (2000, p. 26), o

Envolvimento Sustentável deve buscar reverter o distanciamento do ser humano em relação à natureza. Ao se envolver as sociedades com os ecossistemas locais, são fortalecidos os vínculos econômicos, sociais, espirituais, culturais e ecológicos. Criam-se condições favoráveis para uma lógica diferente daquela que hoje predomina e que tem produzido o aumento da miséria e da degradação ambiental. O envolvimento sustentável deve criar condições favoráveis para um manejo mais cuidadoso, feito por indivíduos que vivem, convivem, apreciam e conhecem as sutilezas dos ecossistemas naturais.

Gostar da natureza pode ser um sentimento afetado por representações sociais, o que reforça a importância de como será conduzido, dirigido, o contato com ela. Alguns elementos que favorecem a Educação Ambiental nos parecem fundamentais: o contato deve ser intenso, deve haver apoio de um grupo (essas atividades devem ser feitas coletivamente), e deve haver superação de barreiras.

Esse é o primeiro aspecto e diz respeito aos que visitam as UCs. Quanto aos que moram em seu entorno e, eventualmente fazem uso direto ou indireto de seus recursos, deve-se considerar, além desses, os demais aspectos levantados.

Ganham destaque, neste contexto, o desmantelamento do Estado, a necessidade de se preservar os recursos naturais estando eles separados em

espaços geográficos – as UCs – ou até fora deles, a crescente desvalorização das culturas locais e o crescimento institucional das ONGs, mesmo levando-se em conta os questionamentos quanto a sua real representatividade e o seu papel na formação de cidadãos, as parcerias formais ou não, as articulações em rede entre as ONGs nacionais, transnacionais, as diversas possibilidades de troca de informações. Tudo isso faz com que a gestão compartilhada, controlada dos recursos naturais inicialmente nas UCs, seja uma saída para a sua viabilidade, cumprimento de objetivos e a não privatização das mesmas.

As populações locais reclamam da não resolução das questões fundiárias e o medo relacionado à perda de suas terras e a pobreza maior. A comunicação também é considerada problemática tendo em vista que a linguagem utilizada muitas vezes é de difícil compreensão assim como os processos. Para isso solicitam o fortalecimento conceitual com capacitação e de recursos para que possa haver diálogo entre iguais no estabelecimento das parcerias, com empoderamento comunitário.

São necessárias também a capacitação dos atores envolvidos provenientes das ONGs com relação aos dados contextuais do local pesquisado, em processos de gestão participativa e em comunicação para facilitar as parcerias.

Sem esses itens bem trabalhados, acaba por prevalecer o exercício de uma cidadania mutilada, subalternizada e muito longe de ser de fato um exercício pleno de direitos, como se fosse uma “pseudo-democratização”, que não parte de um novo modelo cívico, fundamental quando se fala em parcerias.

Só o envolvimento pode levar à sustentabilidade; só a participação das comunidades pode garantir a conservação dos recursos naturais.

Referências

ARMSTRONG, J. B.; IMPARA, J. C. The impact of an Environmental Education Program on knowledge and attitude. **Journal of Environmental Education**, Washington, DC, v.22, n.4, p.36-40, 1991.

BARNEY, E.C.; MINTZES, J.J.; YEN, C-F. Assessing knowledge, attitudes and behavior toward charismatic megafauna: The case of dolphins. **Journal of Environmental Education**, Washington, DC, v.36, n.2, p.41-55, 2005.

BOLSCHO, D.; EULEFELD, G., ROST, J.; SEYBOLD, H. Environmental education in practice in the Federal Republic of Germany: An empirical study. **International Journal of Science Education**, Reading, v.12, p.133-146, 1990.

BRADLEY, JENNIFER CAMPBELL; WALICZEK, T. M.; ZAJICEK, J. M. Relationship between environmental knowledge and environmental attitude of high

school students. **Journal of Environmental Education**, Washington, DC, v.30, n.3, p.17-21, 1999.

CORRALIZA, J. A.; BERENQUER, J. Environmental values, beliefs, and actions: a situational approach. **Environment and Behavior**, Tucson, AZ, v.32. n.6, p.832-848, 2000.

DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DENG, J.; WALKER G.J.; SWINNERTON, G. A comparison of environmental values and attitudes between chinese in canada and anglo-canadians. **Environment and Behavior**, Tucson, AZ, v.38, p.22-47, 2006.

DIEGUES, A C. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. *In*: FREIRE, P.; WEBER, J. (Orgs.) **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**, São Paulo: Cortez, p. 407-432, 1997.

DIENNO, C.; HILTON, S. High school students' knowledge, attitudes, and levels of enjoyment of an environmental education unit on nonnative plants. The **Journal of Environmental Education**, Washington, DC, v.37, n.1, p.13-25, 2005.

DISPOTO, R. Interrelationships among measures of environmental activity, emotionality and knowledge. **Educational and Psychological Measurement**, Charlottesville, v.37, Summer, p.451-459, 1977.

EKERSLEY, R. **Environmentalism and political theory: toward an ecocentric approach**. New York: University of New York Press, 1992.

FARMER, J.; KNAPP, D.; BENTON, G. M. An elementary environmental education field trip: Long term effects on ecological/environmental knowledge and attitude development. **Journal of Environmental Education**, Washington, DC, v.38, n.3, p.33-42, 2007.

FERREIRA, L. da C. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v.7, n.1, p.47-66, Jan./Jun, 2004.

FERREIRA, L. da C. Conflitos sociais e uso de recursos naturais: breves comentários sobre modelos teóricos e linhas de pesquisa. **Política & Sociedade. Revista de Sociologia Política**. Florianópolis, v. 4, n. 7, p.105-118, 2005.

FERREIRA, L. da C. *et al.* Dimensões humanas da Conservação *in situ* da biodiversidade: usos e conflitos em áreas de proteção integral e uso sustentável na Amazônia Brasileira. Texto apresentado no **ISA World Congress**, Durban, 2006.

FINGER, M. From knowledge to action? Exploring the relationships between environmental experiences, learning, and behavior. **Journal of Social Issues**, Malden, v.50, p.141-160, 1994.

FURLAN, S. A. **Lugar e cidadania**: implicações socioambientais das políticas de conservação ambiental: situação do Parque Estadual de Ilhabela na Ilha de São Sebastião - SP. 2000. 2v. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 2000.

GAMBRO, JOHN S.; SWITZKY, HARVEY N. (1996). A national survey of high school students' environmental knowledge. **The Journal of Environmental Education**, Washington, DC, v.27, n.3, p.28-33.

GLENDIA, H. Wilderness-related environmental outcomes of adventure and ecology education programming. **The Journal of Environmental Education**, Washington, DC, v.27, n.1, p.21-32, 1995.

HAAS, E. **When knowledge is power**: three models of change in international organizations. Berkeley: University of California Press, 1990.

HEATH, Y.; GIFFORD, R. Free-market ideology and environmental degradation: the case of belief in Global Climate Change. **Environment and Behavior**, Tucson, AZ, v.38, p.48-71, 2006.

HERNÁNDEZ, B.; SUÁREZ, E.; MARTÍNEZ-TORVISCO, J.; HESS, S. The study of environmental beliefs by facet analysis: research in the Canary Islands, Spain. **Environment and Behavior**, Tucson, AZ, v.32, p.612-636, 2000.

JOHNSON, C.Y.; BOWKER, J. M.; CORDELL, H. K. Ethnic variation in environmental belief and behavior: an examination of the new ecological paradigm in a social psychological context. **Environment and Behavior**, Tucson, AZ, v.36, p.157-186, 2004.

KALS, E.; SCHUMACHER, D.; MONTADA, L. Emotional affinity toward nature as a motivational basis to protect nature. **Environment and Behavior**, Tucson, AZ, v.31, p.178-202, 1999.

KNAPP D.; POFF, R. A qualitative analysis of the immediate and short-term impact of an environmental interpretative program. **Environmental Education Research**, Claverton Down, v.7, n.1, p. 55-65, 2001.

LI, L.Y. Effect of collectivist orientation and ecological attitude on actual environmental commitment: The moderating role of consumer demographics and product involvement, **Journal of International Consumer Marketing**, Middletown, v.9, n.4, p.31-53, 1997.

McKENZIE, M. D. How are adventure education program outcomes achieved? A review of the literature. **Australian Journal of Outdoor Education**, Melbourne, v.5, n.1, p. 19-28, 2000.

MORAES, A. C. R. **Meio ambiente e ciências humanas**. São Paulo: Hucitec, 1997.

NEGRA, C; MANNING, R. E. Incorporating environmental behavior, ethics, and values into nonformal Environmental Education Programs. **The Journal of Environmental Education**, Washington, DC, v.28. n.2, p.10-21, 1997.

NEIMAN, Z. **A Educação Ambiental através do contato dirigido com a natureza**. 2007. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

NORD, M.; LULOFF, A. E.; BRIDGER, J.C. The association of forest recreation with environmentalism. **Environment and Behavior**, Tucson, AZ, v.30, p.235-246, 1998.

NORRIS, H. The action of sedatives on brain stem oculomotor systems in man. **Neuropharmacology**, Bristol, v.10, p.181-191, 1971.

PALMBERG, I. E.; J. KURU. Outdoor activities as a basis for environmental responsibility. **The Journal of Environmental Education**, Washington, DC, v.31. n.4, p.32-36, 2000.

PELLETIER, L.G.; LEGAULT, L.R.; TUSON, K.M. The environmental satisfaction scale: a measure of satisfaction with local environmental conditions and government environmental policies. **Environment and Behavior**, Tucson, AZ, v.28, p.5-26, 1996.

PIMBERT, M. P.; PRETTY, J. N. Parques, comunidades e profissionais: incluindo “participação” no manejo de áreas protegidas. In: DIEGUES, A. C. (Org.), **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: Hucitec e NUPAUB- USP, p.183-224, 2000.

RABINOVICI, A. Articulações e parcerias entre Organizações Não-Governamentais (ONGs) e Unidades de Conservação (UCs), In: NEIMAN, Z. (org). **Meio ambiente, educação e ecoturismo**. São Paulo: Manole, p. 41-70, 2002.

RABINOVICI, A. **As terras de todos e seus donos: desdobramentos possíveis das articulações e parcerias entre sociedade civil, Organizações Não Governamentais (ONGs) e Unidades de Conservação (UCs)**. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

RABINOVICI, A.; NEIMAN, Z. Embargo às cavernas em São Paulo. **O Eco**. Rio de Janeiro, 28 fev. 2008.

RAHNEMA, M. Participation. *In*: SACHS, W. (Org.). **The development dictionary**. London: Zed Books, 1992

REIS, M. B. Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM) Amazonas, Brasil: participação popular no processo de implantação da RDSM e no manejo de recursos naturais da várzea amazônica. *In*: DRUMMOND, M. A. (ed.) **Oficina sobre gestão participativa em unidades de conservação, anais da Oficina realizada no Parque Estadual do Rio Doce – no período de 10 a 13 de novembro – 1997**, Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, p. 60-69, 1998.

RODRIGUES, C. L. **Limites do Consenso**: territórios polissêmicos na Mata Atlântica e gestão ambiental participativa. 2001. Tese (Doutorado em geografia) – Depto. de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

RYAN, C. The effect of a conservation program on school children's attitudes toward the environment. **Journal of Environmental Education**, Washington, DC, v.22, n.4, p.30-35, 1991.

SISTEMA Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC: **a lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000**. Brasília: MMA/SBF, 2000.

TEIXEIRA, A. C. C. A atuação das Organizações Não-Governamentais: entre o Estado e o conjunto da sociedade. *In*: DAGNINO, E. (Org.) **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**, São Paulo: Paz e Terra, p. 105-141, 2002.

VAYRYNEN, R. (Ed.) **New directions in conflict theory**: conflict resolution and conflict transformation. London: Newbury Park, Sage Publications, 1991.

VIANA, V. M. Envolvimento sustentável e conservação das florestas brasileiras. *In*: DIEGUES, A. C.; VIANA, V. M. (Orgs.) **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da mata atlântica**. São Paulo: NUPAUB-USP e ESALQ – USP, p.23-26, 2000.

VILLACORTA, M.; KOESTNER, R.; LEKES, N. Further validation of the motivation toward the environment scale. **Environment and Behavior**, Tucson, AZ, v.35, p.486-505, 2003.

VINING, J. Environmental emotions and decisions. **Environment and Behavior**, Tucson AZ, v.24, p.3-34, 1992.

WELLS, M.; BRANDON, K. (Eds). **People and parks**: linking protected areas with local communities. Washington: Banco Mundial, WWF, USAID, 1992.

WIIDEGREN, Ö. The new environmental paradigm and personal norms. **Environment and Behavior**, Tucson, AZ, v.30, p.75-100, 1998.

ZIMMERMANN, L. K. Knowledge, affect, and the environment: 15 years of research (1979-1993). **The Journal of Environmental Education**, Washington, DC, v.27, n.3, p.41-44, 1996.

Notas Finais

[1] Esta pesquisa é resultado da dissertação de mestrado da autora, orientada pelo Prof. Dr. Antônio Carlos Diegues.

[2] Esta pesquisa é resultado da tese de doutorado do autor, orientada pelo Prof. Dr. César Ades que é co-autor da mesma. Um artigo específico sobre os resultados obtidos encontrava-se em fase final de elaboração no momento da publicação deste ensaio.

Informações sobre os autores:

[1] Zysman Neiman – <http://lattes.cnpq.br/6435341856481082>

Doutor em Psicologia; Mestre em Psicologia Experimental e Bacharel e Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade de São Paulo (USP). Docente da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), onde coordena o Laboratório de Ecoturismo, Percepção e Educação Ambiental – LEPEA. Autor de vários livros sobre meio ambiente, entre os quais se destacam: *Era Verde? Ecossistemas Brasileiros Ameaçados* (Saraiva/Atual); *Ecoturismo no Brasil Manole*; *Meio Ambiente, Educação Ambiental e Ecoturismo* (Manole); *Educação Ambiental e Conservação da Biodiversidade* (Manole); *Pelas Trilhas do Ecoturismo* (RiMa) e *À Sombra das Árvores: transdisciplinaridade e Educação Ambiental em atividades extra-classe* (Chronos). Redator do Tema Transversal “Meio Ambiente” dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental do MEC. Fundador de várias ONGs, entre elas o Instituto *Physis* – Cultura & Ambiente do qual, atualmente é Diretor Presidente.

Contato: zysman@physis.org.br

[2] Andréa Rabinovici – <http://lattes.cnpq.br/4506171831521594>

Mestre em Ciência Ambiental pela Universidade de São Paulo – PROCAM-USP; Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela UNICAMP. Docente da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), onde é pesquisadora do Laboratório de Ecoturismo, Percepção e Educação Ambiental – LEPEA. Diretora de Projetos do Instituto *Physis* Cultura Ambiente. Co-editora executiva da Revista *Ambiente e Sociedade*.

Contato: andrea@physis.org.br